



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006212-83.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Michel Nunes Solfa e outro**
 Requerido: **Maria Helena Dotta**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos (fls. 95/98) à execução fundada em título judicial.

A embargante foi condenada a fls. 55/57 ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em outorgar aos embargados escritura pública de compra e venda de imóvel determinado, o qual ficaria adjudicado a eles na hipótese do descumprimento da obrigação.

Tal sentença transitou em julgado.

No curso da execução foi constatado que o imóvel já fora adjudicado por outra decisão judicial a terceiros (fls. 78/79), de sorte que a obrigação anteriormente mencionada foi convertida em perdas e danos (fl. 80).

Os fundamentos ora invocados pela embargante não merecem acolhimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque o valor da causa não ultrapassou o limite previsto no art. 3º, inc. I, da Lei nº 9.099/95, como se vê a fl. 07, e ela tampouco tinha natureza possessória.

Na esteira do que restou positivado, a ação de princípio atinava ao cumprimento de obrigação de fazer e somente foi convertida em perdas e danos diante da impossibilidade naquele sentido.

Assinalo por oportuno que a embargante não apresentou em momento processual adequado qualquer impugnação ao valor da causa, transparecendo descabido somente agora postular discussão sobre matéria que se encontra preclusa.

Não vislumbro, assim, qualquer nulidade no título judicial que lastreou a execução, remanescendo íntegra a viabilidade de sequência da execução malgrado a possibilidade de acordo entre as partes (fl. 118 e 119).

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução, postulando os embargados o que entenderem de direito.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**